



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**

**SECRETARIA**

**PROCESSO Nº 006056/2022**

**TERMO DE JUNTADA**

Pelo presente termo, faço a juntada aos autos supra da sustentação oral apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador Geral do Estado, Doutor **Ricardo Nasser Sefer**, quando lhe foi concedida a palavra para se manifestar, na forma como lhe faculta o art. 90 da Lei Orgânica deste Tribunal.

*Eu tenho a incumbência, presidente pela terceira vez, de estar no tribunal para debater com vossas excelências as contas de governo, e tenho também a tranquilidade de saber que este é, sem dúvida nenhuma, por tudo o que foi exposto aqui, e eu não quero cansar ninguém nem ser repetitivo, o relatório detalhista sobre a situação financeira, fiscal e contábil do estado do Pará, não precisaria chover no molhado e repetir aquilo que já foi dito. Os números falam por si só.*

*Eu queria chamar a atenção naquilo que mais me toca dos números, que é mudar a vida das pessoas. Nada desses números teria qualquer relevância se isso não se traduzisse numa efetiva melhoria da vida de cada cidadão e de cada cidadão paraense. Acho que isto é o que está por trás dos números que foram apresentados e naturalmente, quando você olha o número por si só, você não consegue enxergar isso. Mas pincelando eles e aprofundando, você vê quanto isso afeta e melhora a vida de cada cidadão paraense.*

*Você consegue, conselheiro Fernando Ribeiro, dimensionar o benefício à população paraense pela entrega da ponte do Rio Meruí para toda a região de Igarapé-Miri, de Abaetetuba e toda a região, aquela cidade é apenas um exemplo. Nós que andamos um pouquinho aí pelo Pará e quem vive na região, quem frequenta a região, hoje em dia você pode ir para Mocajuba com muito mais facilidade.*

*Isso facilita a vida das pessoas, facilita o serviço de saúde, o serviço de educação, o serviço de segurança pública, enfim, gera um espiral de melhoria. E esse modal, especificamente, essa linha mestra da integração do Estado do Pará através das obras rodoviárias das pontes, é tudo aquilo que as secretarias ligadas a obras vêm fazendo, tem feito, chama muito a atenção porque é muito mais do que o investimento em obra. Quando você faz uma obra, quando você constrói uma ponte significativa, como a gente vai fazer, está fazendo inúmeras outras. Estamos ligando ali o Rio que divide Tailândia do Acará.*

*Uma outra possibilidade de integração para o modal rodoviário também, que vai mudar a vida de toda uma região. Isso também é investimento em saúde, isso também é investimento em educação, também é investimento em segurança pública.*

*Então, Conselheira, muito mais do que dizer que o Estado do Pará investiu três bilhões, é o melhor da série histórica. Eu não preciso dizer isso, já está dito no papel e já foi colocado no relatório. É demonstrar a vocês que esta gestão fiscal do governador Helder Barbalho e os números de 2021 mostram isso com muita clareza, tem sido efetivo em cumprir a função que é de todos nós, não só do Poder Executivo, mas que é bem usar o dinheiro público em prol da melhoria efetiva da vida do cidadão, com uma questão que me chama muito a atenção e eu queria registrar em nome de todo o Poder Executivo e congratular a iniciativa do Conselheiro Relator de convidar para compor a sua equipe os servidores que representam a unidade do Tribunal de Contas em Marabá e em Santarém.*

*Isso é emblemático. É emblemático de um governo que tem um lema por todo o Pará. Essas regiões, por muito tempo, por muito tempo se sentiram esquecidas, se sentiram não ouvidas por nós que estamos aqui na capital, e a demonstração do direcionamento de convênios que foram feitos com o estado do Pará e a que municípios, a que prefeituras, eles foram destinados, demonstram que é uma visão, uma linha mestra do governador, de um governo por todo o Pará. É reconhecer que nem sempre onde a riqueza é gerada é onde ela tem que ser aplicada, a gente precisa priorizar onde a vida do cidadão possa ser melhor impactado, onde aquele recurso possa gerar mais benefícios.*

*Alguns números chamam ainda mais a atenção, por exemplo, despesa com pessoal havia muito tempo, Presidente, Conselheira Rosa, muito tempo que o Pará não colhia um número tão baixo de despesa com pessoal em comparação com a sua receita corrente líquida. Nós chegamos a flertar, em chegar na casa dos 30% (trinta por cento) do*

*limite máximo, que é 48 (quarenta e oito) e alguma coisa. Mas hoje estamos com 40 (quarenta) e alguma coisa foi quanto fechou o ano de 2021. Muito mais do que dizer que eu gastei 40% (quarenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) de despesa com pessoal, a população não quer saber disso. O professor, por exemplo, quer saber que este governo cumpriu, sob qualquer ângulo de interpretação, o piso nacional do magistério a partir de outubro de 2021, não há mais qualquer questionamento sobre o cumprimento efetivo do piso nacional do magistério, independente de interpretações jurídicas. E qual é a relevância disso? É o cumprimento do piso, por si só? Não. Mas é saber que o governo do Estado do Pará hoje está no podium entre os três melhores salários de profissionais de educação do Brasil.*

*Hoje, ser professor na rede pública estadual é financeiramente o dobro do que representava quando o governador Helder assumiu o governo, um aumento de cerca de 98% (noventa e oito por cento) na remuneração desses profissionais, que eu não preciso dizer, explicar ou defender a importância que possuem, muito mais do que para este governo, porque a educação constrói a sociedade do futuro.*

*E é isso, e é essa visão que eu que o governador tem para deixar legado para o Estado, com todas as dificuldades que o processo educacional sofreu durante a pandemia. E eu falo, Doutor Patrick, como professor que sou há 11 (onze) anos, tivemos muita dificuldade, seja no ensino superior, onde eu leciono, mas em especial no ensino básico, nas creches, ensino infantil e ensino médio. Infelizmente, isso é um desafio que nós temos para este ano e que o Pará tem para o seu futuro, nós precisamos ainda melhorar muito na educação.*

*Tivemos muita dificuldade com quase três anos de pandemia, com quase três anos das pessoas afastadas do ambiente de ensino e o ambiente de ensino e a escola, mas é muito mais que a escola. Senhor, Doutor Patrick, está hoje num ambiente de ensino de pós graduação stricto sensu e sabe o quanto isso é importante para a construção de nós profissionais. Infelizmente, nossos alunos permaneceram cerca de dois anos longe desse ambiente e isso traz muitas dificuldades. No âmbito da saúde, por exemplo, nós colhemos significativas melhorias, inauguramos equipamentos hospitalares que mudam o contexto de uma região, mudam o contexto de uma região.*

*Eu estive, Conselheiro Cipriano, e lhe encontrei lá em Santarém, na inauguração do Terminal Rodoviário de Santarém. Naquele exato dia, eu pousei em*

*Santarém, com o filho de um colega de 30 dias, o filho de um colega precisando de internação de UTI. Ele é portador de um plano particular e a rede particular de Santarém não possui UTI infantil, não possui infantil. Quem é que salvou a vida dessa criança? Foi a rede pública estadual, porque no mesmo momento em que precisou, nós tínhamos vagas tanto no Hospital Regional de Santarém como tínhamos no Hospital Regional de Itaituba, equipamento inaugurado no nosso governo e que presta serviço à população de toda uma região que até bem pouco tempo atrás tinha que se deslocar para a capital ou para Santarém.*

*E o que falar dos resultados desse Governo na segurança pública? Nós conversávamos, Presidente, que nós estamos passando por um momento de desafio na segurança pública, na verdade, segurança pública é um desafio diário. Mas estamos passando por uma. Os últimos cinco ou seis dias, vocês têm acompanhado pela imprensa, por um desafio na segurança pública. Por quê? Porque nós tivemos alguns tristes eventos de atentados contra profissionais da segurança pública. Esses atentados foram direcionados especificamente para profissionais da reserva. E eu recordo minha memória ainda permite recordar que, antes deste governo assumir os atentados contra profissionais de segurança pública eram quase que diários. Eles tinham se naturalizado no ambiente do estado do Pará, cerca de 20 (vinte) por mês.*

*Hoje em dia, é muito triste que a gente tenha tido dois ou três nos últimos dez dias. Mas isso, por si só, já é tratado pelo governo como uma crise que faz com que o governador no domingo se desloque para Altamira, que faz com o governador, reúna diariamente com a sua equipe e todo o sistema de segurança para uma pronta resposta. E eu não tenho a menor dúvida que a gente vai voltar a colher um ambiente muito melhor em muito pouco tempo, mas porquê Segurança Pública é prioridade, recebe investimento.*

*As praças da Polícia Militar, por exemplo, recebem hoje o soldo, que é o salário base do servidor civil pelo salário mínimo, o soldo já é um salário mínimo, assim como os profissionais da Seduc, as merendeiras, aquelas pessoas que compõem o processo de educação. Isso é o que eu faço questão de registrar. Quem aqui, quando era criança, não lembra de uma servente, uma merendeira, alguém que lhe ajudou lhe ensinou alguma coisa? Todo mundo que está em um ambiente educacional ajuda na educação.*

*As praças da Polícia Militar recebem soldo de salário mínimo, assim como todos os servidores civis do estado do Pará recebem salário base de salário mínimo, o que*

*lhe garante uma remuneração final melhor. Isso é resultado dos números que os técnicos do Tribunal de Contas demonstraram aqui, e aqui eu faço questão de registrar que é muito mais do que o número, mas é o que o número permite de benefício em prol do cidadão.*

*Este é um governo muito comprometido e nós quatro, principalmente os meus colegas Rubens Leão da AGE, René da Sefa,IVALDO da Secretaria de Planejamento e Administração e eu, como representante da Procuradoria Geral do Estado, nós nos preocupamos diariamente com os números. Diariamente, debatemos, construímos, levamos ao governador, mas com a consciência de que o número não é um fim em si mesmo. Ele tem que trazer uma melhoria para a vida do cidadão. Dinheiro público não é pra ser guardar, não é para se deixar parado em conta, é para estar mudando a vida das pessoas e é por isso que se investe tanto no estado do Pará dos três últimos anos para cá.*

*É por isso que, ano após ano a gente vem colhendo recordes. É por isso que a gente conseguiu, já no ano de 2022, Presidentes, fazer, eu sou procurador do Estado desde 2011, nós fizemos a maior revisão geral anual desde que eu sou servidor público, especialmente num período de controle inflacionário. Mas não foi só o 10,5% (dez vírgula cinco por cento) para todos os servidores públicos. Nós praticamente dobramos o auxílio alimentação também para todos os servidores públicos no Executivo. Pagava-se R\$ 600,00 (seiscentos reais), hoje, os servidores recebem R\$ 1.000,00 (mil reais), quem faz o supermercado da casa aqui sabe o quanto isso impacta na vida e no dia a dia das pessoas.*

*Nós decidimos e agradeço a sua gentileza, Presidente, a compreensão do relator, decidimos fazer uma divisão de falas para que o nosso secretário de Fazenda, Doutor René, possa falar um pouquinho também das recomendações, é o que nos preocupa. Já no ano anterior, Auditoria Geral do Estado ficou responsável pelo o acompanhamento das recomendações, conseguimos efetivar algumas delas, algumas outras estão em andamento para efetivação. E é sobre esse tema e, naturalmente, o secretário de Fazenda que deve fazer um outro esclarecimento Presidente, sobre esse tema, especificamente que o que o Secretário René vai complementar a minha fala.*

Belém, 19 de maio de 2022.

**José Tuffi Salim Junior**

Secretário-Geral



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA**  
**PROCESSO Nº 006056/2022**  
**TERMO DE JUNTADA**

Pelo presente termo, faço a juntada aos autos supra da continuação da sustentação oral apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Fazenda, Doutor **René de Sousa Junior**, quando lhe foi concedida a palavra para se manifestar, na forma como lhe faculta o art. 90 da Lei Orgânica deste Tribunal.

*Excelentíssima Senhora Presidente, Doutora Lourdes Lima, dessa Egrégia Corte. Cumprimento também os demais Conselheiros também para não me alongar muito, especialmente o Conselheiro Cipriano, Relator e demais Conselheiros. Cumprimento também o Procurador-Geral de Contas em nome de todos os procuradores e também a comissão, o Doutor Reinaldo Valino, em nome da comissão.*

*Não vou também me alongar, mas apenas para esclarecer algumas coisas e acrescentar, pois os números realmente falam por si mesmo. E o relatório muito circunstanciado do Conselheiro Cipriano, mostra os números e mostra um Estado com uma saúde financeira saudável, graças a Deus. O Sistema Financeiro do Estado, que é composto pela Secretaria da Fazenda e pela Secretaria de Planejamento, trabalhamos juntos, antes a Secretária Hana Ghassan e agora o Secretário Ivaldo Ledo.*

*Com o orçamento na mão e planejamento e com administração financeira pura e a receita do Estado, temos uma preocupação enorme por orientação do Governador de que nós devemos manter a todo custo um equilíbrio fiscal. Mas, como o Governador sempre diz: "o equilíbrio fiscal em si não é uma virtude, é uma obrigação e só tem sentido (...)", como exatamente reforçou o Procurador-Geral do Estado, que cumprimenta os meus colegas, "(...) se do resultado do equilíbrio fiscal puder advir recursos para serem aplicados na melhoria da vida do cidadão paraense". É essa a determinação do Governador que nós devemos seguir e que ele confere e fala "René. Não adianta só ter o equilíbrio fiscal. É preciso que isso seja revertido em investimento".*

*Não é possível, por exemplo, como em alguns estados que reverta tudo isso com gasto com pessoal, com gasto corrente, com despesa corrente e só faz sentido se esse esforço for dedicado a melhorar a vida dos cidadãos que compõe esse Estado e é o que nós temos conseguido fazer. Houve um grande esforço e melhoria de receita própria nesses três anos e essa melhoria da receita própria está toda sendo revertida para investimento.*

*Bem lembrou o conselheiro Cipriano, toda a nossa luta com relação à Lei Kandir já fazia parte dessa luta enquanto funcionário em Minas Gerais. Mas e fiz parte pessoalmente do acordo com o Supremo. O ano passado recebemos 240 milhões. Esse ano recebeu 240 milhões e vamos receber daqui uns dias mais 420 milhões, em função da venda do bônus, que fazia parte do acordo e foi negociado pelo governo federal. Foi vendido por lei federal. Na semana que vem serão mais 400 milhões que serão todos investidos. São todos em investimento. São recursos livres do Estado, especificamente para investimento voltado especificamente para isso.*

*Então é com essas palavras que reforço o que os números estão dizendo que é uma honra enorme participar disso e mostrar um Estado com uma saúde financeira muito saudável e que queremos que continue assim, não só do ponto de vista de receita como do ponto de vista de superávits, como do ponto de vista de endividamento muito baixo. E temos um espaço enorme se conseguíssemos executar, de poder, ainda, assumir empréstimos para também dirigir para investimentos. Mas o que eu queria ressaltar e pedir ao doutor Ricardo que deixava para que eu fizesse era com relação às recomendações que já há três anos que nós estamos observando. Não queremos dizer com isso que que essas recomendações, por não serem atendidas, não sejam uma falta de atenção do Estado ou um descaso para com isso, de modo algum. Nós entendemos perfeitamente a atuação do Tribunal de Contas e isso é um papel fundamental também quando o Ministério Público de Contas, ao dizer essas, essas recomendações. Mas o que eu tenho a explicar é como dar uma satisfação a essa corte de contas e de que grande parte delas serão resolvidas com um Siafem novo.*

*Nós estamos há três anos lutando, o quarto ano, para um sistema financeiro de iniciação financeira novo. Fizemos uma licitação Internacional com grande atraso em função da pandemia, em função da gente ter ganhado essa licitação internacional, uma empresa canadense com dificuldade enorme de barreira de línguas. Mas estamos no seguinte estágio nesse ponto nesse exato momento, nós já migramos dados de janeiro até março. Já foram migrados esses dados para o Sistema novo. Estamos terminando a migração no mês de abril e no mês de junho*

*já iniciaremos treinamento no sistema novo. Queremos que ao longo do ano vamos estar com o sistema novo, toda a os dados migrados e esperamos que no ano que vem já as demonstrações financeiras sejam feitas no sistema novo e no sistema antigo. Por segurança, nós vamos manter por paralelo o sistema antigo, o Siafem antigo, e o sistema novo para que a gente não tenha nenhum susto. E eu participei disso também em Minas Gerais, para que possamos abandonar o antigo.*

*E quando o novo estiver completamente pronto. E esse sistema novo, ele vai nos permitir uma série de sistemas novos, acoplados que vai que vai nos dar maior transparência e maior comodidade, inclusive a essa corte de contas no tocante a sua parte de fiscalização.*

*Inicialmente, os sistemas de Planejamento, orçamento e financeiro vão ser acoplados a um Sistema de Convênios. A secretária Brenda está aqui.*

*O sistema de contratos das licitações também serão devidamente acoplados. Um sistema de patrimônio também. E todo o sistema será desenvolvido sem uma nova e sendo de modo modular. Diversos sistemas serão acoplados de modo que teremos um sistema muito transparente e muito melhor. O Siafem, eu tive o desprazer de ouvir isso no início, que é o sistema mais atrasado do país. É uma tristeza dizer isso. Mas temos muita segurança e é por isso que, partimos de um sistema novo, não foi feito nenhum investimento na melhoria desse sistema e nós optamos por um sistema completamente novo. É o que nós estamos fazendo com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento.*

*Então grande parte dessas recomendações, com certeza, serão atendidas com esse sistema novo de acompanhamento, que vão ser possível não só para uma melhoria de gestão do Estado, com a melhoria de acompanhamento dessa corte de contas. Então me preocupa também e tem razão o doutor Patrick Mesquita com relação a renúncias fiscais e eu também, como na condição de auditor fiscal, sempre me preocupei com isso; e isso não é um sistema, é o governo federal que tem um sistema melhor do país. Os Estados não possui. Nós estamos também desenvolvendo, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo BID, um sistema de acompanhamento. Temos estudos nesse sentido e já na LDO deste ano já encaminhada, já está bem melhor o sistema de rede de rede. Ainda está longe do ideal, mas está bem melhor, bem mais realista, com números mais próximos da realidade da renúncia fiscal. E isso, veja bem, a renúncia fiscal, que é melhor chamada de gasto tributário.*



*É preciso que as pessoas entendam de que a renúncia fiscal é uma receita que deixou de entrar no Estado. E as renúncias são quase todas relativas aos ICMS, não entrando na receita do Estado. Também está sendo renunciados 25% que pertence aos municípios e isso é de muita preocupação.*

*Então nós estamos desenvolvendo esse sistema e acreditamos que também já acoplado a um sistemas novos de receitas desenvolvidos, nós temos acompanhamento melhor das áreas, é necessário prestar contas e prestar contas à população de que essa parte renunciar de receita, é como se fosse uma doação de recurso público, literalmente, que essa receita não entra no Estado. Ela tem um objetivo claro de fomentar a indústria. E aí temos também algumas diretrizes do governador que estamos cumprindo à risca. O Estado do Pará não tem benefícios fiscais de ICMS para a parte de comércio? Não temos. Alguns estados têm uma forma agressiva, nós não temos. E o governador foi muito, muito insistente nisso. E ele também compreendeu de que há se exemplificar. Por exemplo, tivemos diversas cadeias de varejo chegando e pedindo benefícios fiscais que existem em outros estados. Nós não conseguimos para nenhuma. Citando o Magazine Luiza, Casa Bahia ou os Mateus ou outros que vieram pedir benefícios fiscais para colocar centro de distribuição aqui não foi concedido nenhum.*

*Os benefícios são quase todos voltados para a indústria, porque a nossa indústria é incipiente e ela traz desenvolvimento econômico para o Estado, traz a renda, traz emprego. Isso é mundialmente aceito, desde que seja também controlado, e que seja transparente. Então, é isso que eu gostaria de agregar à fala do nosso procurador para dizer que nós esperamos que, com os movimentos do sistema novo, do Siafem e sistemas novos, já para o ano que vem, tudo correr bem. Já dentro dessas contas, nós teremos uma transparência maior e uma facilidade maior dessa Corte de Contas de acompanhar todas células. Agradeço muito e parabênizo o relatório do Conselheiro Cipriano, que esmiuçou as contas do Estado e pôde trazer com muita transparência para onde está sendo encaminhado esse recurso. E me sinto muito orgulhoso de fazer parte disso, de mostrar que o Estado tem uma saúde financeira ótima e que nós temos muito a seguir. E que toda a saúde financeira vai ser canalizada para investimento no Estado, para melhorar a vida do cidadão paraense. Muito obrigado!*

Belém. 19 de maio de 2022.

José Tuffi Salim Junior  
Secretário-Geral



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA**  
**PROCESSO Nº 006056/2022**  
**TERMO DE JUNTADA**

Pelo presente termo, faço a juntada aos autos supra da continuação da sustentação oral apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador Geral do Estado, Doutor **Ricardo Nasser Sefer**, quando lhe foi concedida a palavra para se manifestar, na forma como lhe faculta o art. 90 da Lei Orgânica deste Tribunal.

*Presidente, muito mais por uma questão de formalidade. Eu achei que o secretário René ia falar, mas eu acho que ele não gosta de fazer propaganda da casa própria dele. Então eu faço por ele.*

*Tudo isso tem um grande mérito da equipe da Secretaria de Fazenda. O Estado vem quebrando recordes atrás de recorde de arrecadação.*

*Eu lembro quando nós assumimos o governo, o Estado nunca tinha arrecadado um R\$1.000.000.000 (Um bilhão de reais) no mês. Hoje em dia arrecadar R\$1.000.000.000 (Um bilhão de reais) no mês é corriqueiro. A meta é muito maior do que isso. A gente literalmente dobrou a meta, quando a gente fala de arrecadação.*

*E essa arrecadação se deve a um conjunto de fatores, naturalmente, alguns deles econômicos, mas muito deles do trabalho de toda a equipe da Secretaria de Fazenda na fiscalização, no planejamento, em novas técnicas de arrecadação. Eu acho que isso precisa ser registrado e reconhecido por todos nós que fazemos o Estado do Pará, porque é dessa arrecadação que a gente consegue desenvolver o nosso papel. Realçar, agradecer e elogiar a profundidade do parecer do Ministério Público de Contas.*

*Inclusive, se utilizou do adjetivo excelente, é também a minha opinião pessoal sobre as situações das contas do governo e registrar que nós temos a humildade no Poder Executivo, Presidente, de reconhecer que o caminho está sendo bem trilhado.*

*Mas quando a gente está bem, a gente passa a ser comparado com nós mesmos, com o que nós fizemos nos anos anteriores.*

*Estamos cientes dos desafios e saiba que eu pretendo voltar aqui no próximo ano para defender contas em uma situação ainda melhor do que a que a gente defendeu nesse ano.*

*É o desafio que o governador Helder nos lança diariamente. Que nós possamos ser amanhã melhores do que somos hoje, melhor do que fomos ontem. Esse é o desafio do Governo do Estado e a missão que todos nós temos para trabalhar em prol da sociedade paraense.*

*Então, requeremos ao final que, na esteira do parecer do Ministério Público de Contas, as contas do governo do Estado, do governador Helder Barbalho, do exercício de 2021, sejam consideradas aprovadas com manifestação à Alepa e sugestão de aprovação. São os termos da nossa manifestação.*

*Agradeço o tempo, a gentileza de todos.*

Belém, 19 de maio de 2022.

**JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR**  
Secretário-Geral